

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo de Referência 250/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
250/2025	110001-SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	WAGNER ALVES	05/09/2025 14:58 (v 0.7)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes	353/2025	00059.000213/2025-22

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de equipamentos de condicionamento de ar tipo fluxo de refrigerante variável - VRF, composto por evaporadoras, condensadoras e acessórios, necessários para aplicação nas edificações sob responsabilidade da Presidência da República, nos termos do quadro a seguir.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MODELO	CATMAT	UNID. DE FORNEC.	QUANT. MÍNIMA	QUANT. MÁX.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL DO ITEM
1	Condensadora MULTI V 5 380V Q/F & H/R de 26 HP	RUM260LTE5	460028	Unidade	5	82	R\$ 75.900,00	R\$ 6.223.800,00
2	Evaporadora CASSETE 1 VIA de 9600Btu /h	RNU09GTUB4	460027	Unidade	5	150	R\$ 4.236,52	R\$ 635.478,00
3	Evaporadora CASSETE 1 VIA de 12300Btu /h	RNU12GTUB4	460027	Unidade	5	180	R\$ 4.350,00	R\$ 783.000,00
4	Evaporadora CASSETE 1 VIA de 19100Btu /h	RNU18GTTB4	460027	Unidade	2	32	R\$ 4.900,00	R\$ 156.800,00
5	Evaporadora CASSETE 2 VIAS de 19100Btu/h	RNU18GTSC4	460027	Unidade	2	49	R\$ 5.592,64	R\$ 274.039,36
6	Evaporadora CASSETE 4 VIAS de 24200Btu/h Dual Vane	RNU24GTBB4	460027	Unidade	2	5	R\$ 5.270,66	R\$ 26.353,30
	Evaporadora CASSETE 4							

7	VIAS de 36200Btu/h Dual Vane	RNU36GTAB4	460027	Unidade	1	2	R\$ 5.789,32	R\$ 11.578,64
8	Evaporadora CASSETE 4 VIAS de 48100Btu/h Dual Vane	RNU48GTAB4	460027	Unidade	2	30	R\$ 6.600,00	R\$ 198.000,00
9	Evaporadora DUTO MÉDIA de 9600Btu/h (Alta pressão).	RNU09GM1A4	460027	Unidade	1	2	R\$ 5.150,00	R\$ 10.300,00
10	Evaporadora DUTO MÉDIA de 12300Btu/h (Alta pressão).	RNU12GM1A4	460027	Unidade	1	8	R\$ 5.210,00	R\$ 41.680,00
11	Evaporadora DUTO MÉDIA de 24200Btu/h (Alta pressão).	RNU24GM1A4	460027	Unidade	1	6	R\$ 5.520,00	R\$ 33.120,00
12	Evaporadora DUTO MÉDIA de 36000Btu/h (Alta pressão).	RNU36GM2A4	460027	Unidade	1	3	R\$ 6.500,00	R\$ 19.500,00
13	Evaporadora DUTO MÉDIA de 48000Btu/h (Alta pressão).	RNU48GM3B4	460027	Unidade	2	15	R\$ 6.900,00	R\$ 103.500,00
14	Evaporadora DUTO BAIXA 12300Btu/h (Baixa pressão).	RNU12GL5G4	460027	Unidade	2	25	R\$ 4.800,00	R\$ 120.000,00
15	AHU 20 TR - 380V - Fancoil	MS136CNC9V	460027	Unidade	1	5	R\$ 47.911,92	R\$ 239.559,60
16	Evaporadora HI-WALL de 24200Btu/h	RNU24GSKN4	460027	Unidade	2	65	R\$ 4.800,00	R\$ 312.000,00
17	Painel CASSETE 1 VIA (~12K BTU /H)	PT-UAHG0	480984	Unidade	10	330	R\$ 930,00	R\$ 306.900,00
18	Painel CASSETE 1 VIA (18K ~24K BTU/H)	PT-TAHG0	480984	Unidade	5	32	R\$ 1.433,96	R\$ 45.886,72
19	Painel CASSETE 2 VIAS (9~24 KBTU/H)	PT-USC	480984	Unidade	5	49	R\$ 1.221,04	R\$ 59.830,96
20	Painel CASSETE 4 VIAS DUAL VANE (24K~48K BTU/H)	PT-AAGW0	480984	Unidade	2	37	R\$ 1.642,18	R\$ 60.760,66
21	Controle Remoto c/ Fio - Standard III	PREMTB101	437041	Unidade	2	5	R\$ 1.087,88	R\$ 5.439,40
22	Controle Remoto Sem Fio (novo)	PWLSSB21H	437041	Unidade	2	513	R\$ 558,43	R\$ 286.474,59
23	Controle Remoto Com fio (Branco) - Ger 4	PREMTB001	437041	Unidade	2	59	R\$ 877,93	R\$ 51.797,87
	TOTAL							R\$ 10.005.799,10

Observação: Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas no CATMAT e as constantes deste Termo de Referência, prevalecerão as últimas. Para efeito de lances e elaboração de propostas as empresas participantes deverão considerar as especificações técnicas dos materiais constantes no subitem 1.1 deste Termo de Referência.

1.2 A licitação será realizada pelo Sistema de Registro de Preços, em razão da necessidade permanente e frequente de reposição/modernização dos equipamentos VRF nas edificações da Presidência da República, da conveniência de entregas parceladas conforme o cronograma de manutenção e da natureza de consumo continuado do objeto, nos termos do art. 3º do Decreto nº 11.462/2023. A execução ocorrerá por itens, com fornecimentos acionados conforme demanda, observados o ETP e o Edital.

1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, nos termos do artigo 6º, inciso XIII da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, tendo em vista que possuem padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos, por meio de especificações reconhecidas e usuais de mercado e conforme justificativa constante no item 4.1 dos Estudos Técnicos Preliminares.

1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.5. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços é de 1 (um) ano, contados da sua assinatura, prorrogável por igual período desde que comprovado o preço vantajoso, na forma do artigo 84 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5.1. Havendo prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, será admitida a renovação dos exatos quantitativos estabelecidos pela Ata de Registro de Preços, desde que seja comprovado o preço vantajoso e ocorra dentro do prazo de sua vigência.

1.6 A contratação será firmada por meio de contrato, com prazo de vigência de 1 (um) ano, contados da sua assinatura, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.7. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico no item 4 dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, associado ao DFD nº 581/2024, documento SEI nº 6737119.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico no item 6 dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Requisitos Gerais

4.1. Os equipamentos de condicionamento de ar tipo fluxo de refrigerante variável - VRF a serem fornecidos devem ser compatíveis com as unidades internas, ou evaporadores, e unidades externas do sistema VRF da fabricante LG que estão instalados nas edificações sob responsabilidade da Presidência da República. Eles devem ser fornecidos acompanhados de manuais e com todos os respectivos acessórios indicados no manual do fabricante LG, inclusive com a quantidade de fluido refrigerante especificada no respectivo manual.

Requisitos Específicos

4.2. Considerando as necessidades e particularidades dos bens e serviços ofertados aos órgãos da Presidência da República, especialmente no tocante a durabilidade, segurança e observância dos normativos legais vigentes, foram indicadas as especificações técnica dos tipos de condensadoras, evaporadoras e acessórios da fabricante LG a serem adquiridos. Cada equipamento possui um código específico da fabricante, conforme quadro a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	MODELO
1	Condensadora MULTI V 5 380V Q/F & H/R de 26 HP	RUM260LTE5
2	Evaporadora CASSETE 1 VIA de 9600Btu/h	RNU09GTUB4
3	Evaporadora CASSETE 1 VIA de 12300Btu/h	RNU12GTUB4
4	Evaporadora CASSETE 1 VIA de 19100Btu/h	RNU18GTTB4
5	Evaporadora CASSETE 2 VIAS de 19100Btu/h	RNU18GTSC4
6	Evaporadora CASSETE 4 VIAS de 24200Btu/h Dual Vane	RNU24GTBB4
7	Evaporadora CASSETE 4 VIAS de 36200Btu/h Dual Vane	RNU36GTAB4
8	Evaporadora CASSETE 4 VIAS de 48100Btu/h Dual Vane	RNU48GTAB4
9	Evaporadora DUTO MÉDIA de 9600Btu/h (Alta pressão).	RNU09GM1A4
10	Evaporadora DUTO MÉDIA de 12300Btu/h (Alta pressão).	RNU12GM1A4
11	Evaporadora DUTO MÉDIA de 24200Btu/h (Alta pressão).	RNU24GM1A4
12	Evaporadora DUTO MÉDIA de 36000Btu/h (Alta pressão).	RNU36GM2A4
13	Evaporadora DUTO MÉDIA de 48000Btu/h (Alta pressão).	RNU48GM3B4
14	Evaporadora DUTO BAIXA 12300Btu/h (Baixa pressão).	RNU12GL5G4
15	AHU 20 TR - 380V - Fancoil	MS136CNC9V
16	Evaporadora HI-WALL de 24200Btu/h	RNU24GSKN4
17	Painel CASSETE 1 VIA (~12K BTU/H)	PT-UAHG0
18	Painel CASSETE 1 VIA (18K ~24K BTU/H)	PT-TAHG0
19	Painel CASSETE 2 VIAS (9~24 KBTU/H)	PT-USC
20	Painel CASSETE 4 VIAS DUAL VANE (24K~48K BTU/H)	PT-AAGW0
21	Controle Remoto c/ Fio - Standard III	PREMTB101
22	Controle Remoto Sem Fio (novo)	PWLSSB21H
23	Controle Remoto Com fio (Branco) - Ger 4	PREMTB001

Sustentabilidade

4.3. A Contratada, deverá adotar práticas de sustentabilidade ambiental, conforme prevê a a Instrução Normativa IN SLTI-MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, Autárquica e Fundacional, em especial o disposto em seus artigos 2º e 5º, a saber:

Art. 2º Para o cumprimento do disposto nesta Instrução Normativa, o instrumento convocatório deverá formular as exigências de natureza ambiental de forma a não frustrar a competitividade.

(...)

Art. 5º Os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, quando da aquisição de bens, poderão exigir os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental:

I – que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

II – que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

III – que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e

IV – que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifênil-polibromados (PBBs), éteres difênil-polibromados (PBDEs).

4.4. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (6ª ed. revista, atualizada, ampliada. Brasília: AGU, setembro de 2023).

4.5. A demanda apresentada neste Termo de Referência está devidamente contemplada no **Plano Diretor de Logística Sustentável 2024-2026 da Presidência da República (PLS/PR)**, elaborado em conformidade com os artigos 7º, 8º e 9º da Portaria nº 8.678, de 19 de julho de 2021, da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia – SEGES/ME.

4.6. O PLS/PR contempla os seis eixos temáticos estabelecidos pela normativa, com destaque para os seguintes pontos relacionados à essa demanda:

- **Eixo 1 – Promoção da racionalização e do consumo consciente de bens e serviços**, que prevê ações voltadas à minimização do impacto ambiental nas contratações, à compensação de emissões de gases de efeito estufa (GEE), à busca por soluções energéticas inovadoras e à substituição de equipamentos obsoletos por modelos mais eficientes;
- **Eixo 3 – Identificação dos objetos de menor impacto ambiental**, com o objetivo de ampliar a aplicação de critérios de sustentabilidade nas aquisições e contratações públicas

Indicação de marcas ou modelos

4.7. Na presente contratação se faz necessária a aquisição de equipamentos de VRF do fabricante LG, tendo em vista que o sistema de ar condicionado atualmente instalado nas instalações da Presidência da República é composto por equipamentos deste fabricante. Como o sistema funciona como um todo, exigindo comunicação de protocolo próprio entre as evaporadoras e as condensadoras, a aquisição de equipamentos de outro fabricante impossibilita o funcionamento conjunto com os equipamentos já existentes na edificação.

4.8. Adicionalmente, destaca-se que a aquisição dos equipamentos em questão destina-se à reposição de unidades já existentes nas instalações da Presidência da República. Por essa razão, é imprescindível a manutenção da marca LG e de seus modelos específicos, de modo a assegurar a plena compatibilidade técnica e operacional do sistema como um todo.

4.9. As condensadoras e e evaporadoras atualmente em uso pertencem à segunda geração tecnológica da referida fabricante, a qual não é mais produzida. Assim, os novos equipamentos pertencem à quinta geração, sendo fundamental que todos os novos componentes adquiridos sejam compatíveis com essa nova geração. A adoção de equipamentos incompatíveis comprometeria a comunicação entre os sistemas, resultando na ineficiência do conjunto, perda de desempenho e possíveis falhas operacionais.

4.10. Nos termos do Art. 41, inciso I, alínea "c" da Lei nº 14.133/2021, tal indicação de marca é necessária pois os equipamentos da fabricante LG são os únicos capazes de atender às necessidades de substituição nas instalações da Presidência da República. Os referidos equipamentos são comercializados por mais de um fornecedor, conforme cotações realizadas para o levantamento de preços deste Termo de Referência.

4.11. Dessa forma, a especificidade técnica dos equipamentos justifica, de forma inequívoca, a escolha dos equipamentos capazes de atender a essas condições particulares, garantindo a continuidade e a eficiência do sistema instalado.

Da exigência de amostra

4.12. Não haverá exigência de amostra.

Critérios de Aceitação

4.13. Para o item a ser adquirido, o licitante deverá encaminhar juntamente com a proposta comercial, catálogo técnico do fabricante LG dos equipamentos e acessórios ofertados, que contenha todas as especificações e detalhes técnicos.

4.13.1. O catálogo técnico dos equipamentos e acessórios deverá conter fotos.

4.13.2. Destaca-se que só serão aprovados/homologados equipamentos e acessórios da marca LG e que estejam em conformidade com o modelo/código elencados tanto no Estudo Técnico Preliminar quanto neste Termo de Referência.

Subcontratação

4.14. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.15. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte:

4.16. Em atendimento ao disposto no **Art. 49, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006**, e considerando as orientações constantes nos **Acórdãos nº 1819/2018 e nº 169/2019 – Plenário do Tribunal de Contas da União (TCU)**, apresenta-se a seguinte justificativa técnica para a **não aplicação da cota de até 25%** do objeto licitado para microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP):

1. Conforme previsto no **Art. 49, III, da LC nº 123/2006**, o tratamento diferenciado poderá ser afastado quando **não for vantajoso para a Administração Pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto**. Tal entendimento é corroborado pelos **Acórdãos nº 1819/2018 e nº 169/2019 – Plenário do TCU**, que reforçam a necessidade de justificativa técnica fundamentada para a não aplicação da cota.
2. **Ausência de Vantajosidade Econômica:** A necessidade de cotação direta com três fornecedores para elaboração do orçamento estimado e a especificidade dos equipamentos a serem fornecidos, os quais obrigatoriamente devem ser do fabricante LG e conforme modelos informados no item 1 deste Termo de Referência, indicam que a aplicação da cota não resultaria em **redução de custos ou aumento da competitividade**, podendo inclusive elevar o valor global da contratação, em razão da perda de escala e da necessidade de múltiplas gestões contratuais de diferentes Atas de Registro de Preços.

4.17. Diante do exposto, conclui-se que a aplicação da cota de 25% para ME/EPP **não se mostra vantajosa nem viável tecnicamente**, razão pela qual **não será adotada no presente processo licitatório**, em conformidade com a legislação vigente e jurisprudência do TCU.

Impossibilidade de Adesão à Ata de Registro de Preços

4.18. Não será admitida a adesão à Ata de Registro de Preços decorrente desta licitação, conforme justificativa apresentada no item 4.30 do Estudos Técnicos Preliminares, a seguir:

"Considerando o disposto no inc. XI do art. 7º do Decreto 11462, de 31 de março de 2023, não será permitida a adesão posterior à Ata de Registro de Preços a órgãos não participantes, visto que a Coordenação-Geral de Operações de Engenharia não dispõe de capacidade e recursos humanos suficientes para gerenciamento posterior de atas, nos termos do inc. I do art. 7º, do Decreto 11.462, de 31 de março de 2023."

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de até 120 (cento e vinte) dias corridos, contados da solicitação de fornecimento pelo Gestor do Contrato, observando a quantidade definida na solicitação de fornecimento. Abaixo tem-se o horário e o local de entrega:

5.1.1. Local de entrega: Depósito Central da Presidência da República, situado na Avenida N2, Área anexa ao Palácio do Planalto, CEP 70150-900, em Brasília - DF.

5.1.2. O horário de entrega poderá ser fixado entre 8:00h (oito horas) e 18:00 h (dezoito horas).

5.1.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até 30 (trintas) dias corridos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.1.4. O bem deverá ser entregue acondicionado em embalagem própria, para cada item, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 (dez) dias úteis de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.3. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 24 (vinte e quatro) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.7. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

5.8. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.9. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.10. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.11. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.12. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

5.13. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.14. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

5.15. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.16. O custo referente ao transporte, mão-de-obra, frete ou qualquer outra despesa decorrente da garantia /assistência técnica dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado, não havendo qualquer ônus para a Secretaria de Administração da Presidência da República.

5.17. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às rotinas acordadas entre os fiscal(is) do contrato e o preposto da contratada definidas em comum acordo por email ou outro instrumento legal.

6.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.17. Cabe ao gestor do contrato:

6.17.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.17.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.17.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.17.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.17.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.17.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.17.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

Obrigações da Contratada:

6.18. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

6.18.1. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

6.18.2. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

6.18.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

6.18.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

6.18.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

6.18.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a Contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

- 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede da Contratada;
- 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

6.18.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

6.18.8. Comunicar ao fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

6.18.9. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

6.18.10. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

6.18.11. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

6.18.12. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

6.18.13. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

6.18.14. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

6.18.15. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

6.18.16. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada.

Obrigações da Contratante.

6.19. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos.

6.20. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.

6.21. Notificar a Contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

6.22. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela Contratada;

6.23. Efetuar o pagamento à Contratada do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Termo de Referência;

6.24. Aplicar à Contratada sanções motivadas pela inexecução total ou parcial deste Termo de Referência;

6.25. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela Contratada;

6.26. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Termo de Referência, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

6.27. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **0,5% (cinco décimos por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **20 (vinte)** dias

7.2.4.2. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **20% (vinte por cento)** a **30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **15% (quinze por cento)** a **20% (vinte por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **10% (dez por cento)** a **15% (quinze por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **05% (cinco por cento)** a **10% (dez por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **0,5% (cinco décimos por cento)** a **05% (cinco por cento)** do valor da contratação.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1. o prazo de validade;

8.12.2. a data da emissão;

8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.12.5. o valor a pagar; e

8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA/IBGE - Índice nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

Forma de pagamento

8.22. pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito

8.38. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.38.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.38.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.38.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.38.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.39. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

8.40. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 30/05/2025.

8.41. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA/IBGE - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.42. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.43. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.44. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.45. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.46. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.47. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será integral.

Critérios de aceitabilidade de preços

9.3. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:

9.3.1. Valores unitários: conforme tabela constante no item 1 deste Termo de Referência.

Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.5. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.10. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.12. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

- 9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 9.22. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;
- 9.23. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- 9.24. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

- 9.25. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 5% do valor total estimado da parcela pertinente.
- 9.26. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- 9.27. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 9.28. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
- 9.29. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

9.30. Qualificação técnica. Por se tratar de aquisição de bens sem serviços de instalação, a qualificação técnica limitar-se-á aos documentos necessários e suficientes à garantia do cumprimento do objeto, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021, vedadas exigências impertinentes ou excessivas. Exigir-se-á, exclusivamente:

- I – catálogo técnico oficial do fabricante para os modelos ofertados, com especificações completas (conforme item 4.13.1);
- II – declaração do fabricante de que os bens são novos, originais e compatíveis com os modelos/códigos especificados no ETP/TR, com garantia nacional;
- III – declaração do licitante de que manterá, durante a vigência da ARP/contrato, rede de assistência técnica autorizada em território nacional para suporte de garantia.

9.30.1. Não serão exigidos atestados de capacidade técnico-operacional ou técnico-profissional, por se mostrarem desnecessários à execução do objeto (fornecimento), preservadas as demais exigências de habilitação jurídica, fiscal, social/trabalhista e econômico-financeira previstas neste instrumento.

Disposições gerais sobre habilitação

9.31. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.32. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.33. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.34. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.35. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de **R\$ 10.005.799,10** (dez milhões e cinco mil, setecentos e noventa e nove reais e dez centavos), conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1 acima.

10.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

10.3. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.3.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.3.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.3.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Brasília, 01 de agosto de 2025.

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

Não se aplica.

14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Não se aplica.

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ANDRE HOLLERVEGER

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 05/09/2025 às 14:55:20.

JOSE SILVIO PESSOA FILHO

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 05/09/2025 às 14:58:15.

WAGNER ALVES

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 05/09/2025 às 14:47:24.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Estudo Técnico Preliminar 39/2025

1. Informações Básicas

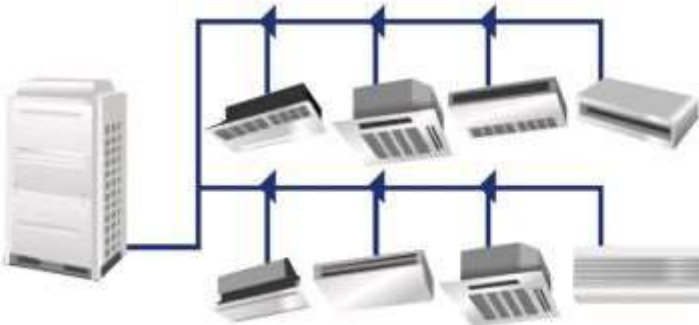
Número do processo: 00059.000213/2025-22

2. Descrição da necessidade

2.1. Inicialmente, faz-se necessário registrar que a Presidência da República possui diversos ambientes climatizados por sistemas centrais de ar condicionado, sendo estes o Palácio do Planalto, seus Anexos, o Palácio da Alvorada e as edificações do Gabinete de Segurança Institucional - GSI, no complexo da N2. A climatização destes ambientes é realizada por sistemas de condicionamento de ar tipo volume de refrigerante variável, ou simplesmente designados como VRF.

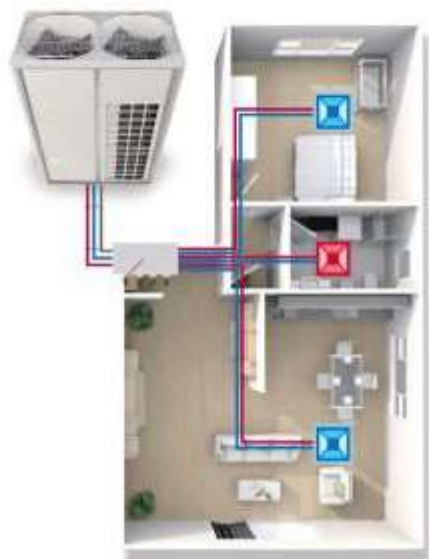
O Que É o Sistema VRF?

- Sistema Multi-split
- VRF significa *Variable Refrigerant Flow* ou volume de refrigerante variável



2.2. Este sistema é composto por uma ou mais unidades externas agrupadas em um único equipamento que realiza o controle do fluxo de fluido refrigerante para diversas unidades internas. Ele permite o controle de zonas individuais com temperaturas distintas nos diversos ambientes e andares de uma edificação.

O Que É o Sistema VRF?



- Tecnologia inverter
- Fluido refrigerante ecológico
- Unidade externa (COM ou condensadora) atende várias unidades internas (evaporadoras)
- Ideal para ambientes administrativos

2.3. O início da operação dos sistemas de climatização tipo VRF na Presidência da República (Palácio do Planalto) ocorreu em agosto de 2010, quando foi instalada a primeira geração de equipamentos da fabricante LG no Brasil durante a reforma do Palácio do Planalto.

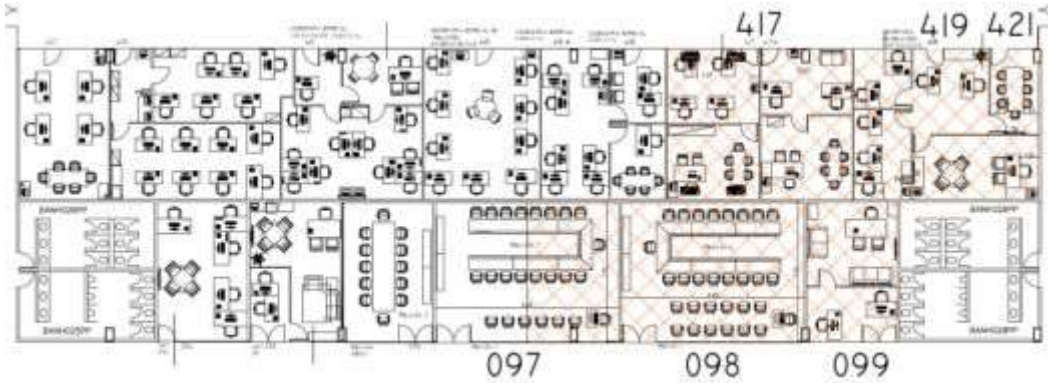


2.4. Após 15 (quinze) anos de operação do sistema VRF, tem ocorrido o aumento da manutenção tanto preventiva (limpeza, lubrificação, ajustes e regulagens) quanto corretiva (substituição de peças, mangueiras dentre outras) em diversas unidades do sistema.



2.5. Eventuais inoperâncias de equipamentos que implicam em ambientes sem climatização geram grandes transtornos aos usuários, uma vez que as condições ambientais desses locais ficam bastante prejudicadas (por exemplo, temperatura ambiente elevada e aumento de ruídos devido ao uso de ventiladores ou pelo tráfego externo de veículos nas pistas e avenidas adjacentes às instalações dos prédios da Presidência da República).

2.6. Em março de 2024 uma das condensadoras do sistema VRF (COM 17) apresentou problemas, comprometendo áreas sensíveis do Palácio do Planalto, onde ocorrem reuniões do Presidente, Ministros de Estados e demais autoridades.



2.7. Em que pese ter ocorrido no ano de 2023, no âmbito do processo nº 00059.000551/2023-01, a aquisição de 11 equipamentos (5 unidades de Condensadoras MULTI V 5 380V Q/F & H/R de 16HP Super modelo ARUM160LTE5 e 6 unidades de Condensadoras MULTI V 5 380V Q/F & H/R de 14HP Super modelo ARUM140LTE5), o quantitativo é insuficiente para atualizar e evitar problemas futuros no sistema VRF.

2.8. De mesmo modo, registra-se que em 2024, no âmbito do processo nº 00059.000529/2024-33, foi publicada a Ata de Registro de Preços nº 90/2024, a qual previa o fornecimento de 54 equipamentos (27 unidades de Condensadoras MULTI V 5 380V Q/F & H/R de 16HP Super modelo ARUM160LTE5 e 27 unidades de Condensadoras MULTI V 5 380V Q/F & H/R de 14HP Super modelo ARUM140LTE5), porém este quantitativo também não será o suficiente para a atualização de todo sistema.

2.9. Adicionalmente, é importante mencionar que a fabricante do sistema, LG, emitiu boletim de serviço informando a descontinuidade do suporte ao sistema MULTI V II (atualmente instalado na Presidência da República), não fabricando mais peças de reposição para o mesmo a partir de dezembro de 2023. Essa informação suscitou a necessidade de substituição também das evaporadoras do sistema, uma vez que em breve não será mais possível encontrar peças de reposição no mercado.

A	Products	<div></div> <h1>Service Bulletin</h1>	Code	A – 405-1A			
B	Network solution & SiW		Date	2024-05-21			
C	Installation materials		Publisher	Field Engineering Team			
D	Marketing materials		E-mail	-			
E	PDB		Product	Multi V			
F	Manual(SVC,Install,Owners)		Distribute	1	PM,SE	2	MKT
G	Competitors & products			3	CAC Team	4	R&D
H	Installation & Field engineering						
J	Regulation & Standard						
K	Others						

[Multi V I, Multi V II, Multi V III] Obsolescence and Availability of Spare Parts

Applied Date:	Depends on the product line
---------------	-----------------------------

Applied Models:	Plus, Plus II, Sync, Sync II, Water, Water II, Multi V III, Multi V III HR
-----------------	--

Summary

This document will detail the latest dates available for the manufacture of spare parts for the Multi V series 1, 2 and 3 equipment models, and points that must be considered to maintain the operability of the existing systems.

Description

Air conditioning equipment shares a common aspect: the life expectancy, which on average varies between 10 and 19 years (ASHRAE, Handbook HVAC Applications CH-38), under optimal installation, operation and maintenance conditions.

Condition	Reduction and discontinuation of spare parts corresponding to MV I, MV II, and MV III.
Cause	Obsolescence of equipment due to end of life and low turnover of related spare parts.

Product Line	Models	First Production Date	Last Order Date for Spare Parts Manufacturing
Multi V I	Plus, Sync, Water	2005	December 2021
Multi V II	Plus II, Sync II, Water II	2008	December 2023
Multi V III	Multi V III, Multi V III HR	2010	December 2025

2.10. Registra-se que a não contratação do objeto em apreço gerará dificuldades nas ações de manutenção dos sistemas VRF podendo, inclusive, impossibilitar a utilização de ambientes cujos equipamentos de ar condicionado estejam inoperantes. A fundamentação desta afirmação se encontra nos itens 7, 8 e 9 da Nota Técnica 14/2023/COMAN/COENGE/DIENP/SA/SE/CC/PR (SUPER nº 5123567), transcritos a seguir:

7. Em parecer técnico (5123552) a empresa ENTHERM, contratada para executar a manutenção preventiva e corretiva nos sistemas de climatização da Presidência da República, confirmou o aumento na quantidade de manutenções corretivas no sistema nos últimos períodos mensais de execução contratual, detalhando, inclusive, o aumento nos custos de execução das intervenções necessárias, custos esses ressarcidos pela Presidência. Segue trecho do documento:

"Conforme ilustra o gráfico acima, apesar de ser responsável por 21% das OSs abertas no período de 07/2022 a 02/2023, os gastos com materiais referentes ao sistema VRF representam um gasto total de 33% do valor global de materiais, sendo que a maioria das OSs não puderam ser atendidas devido ao alto custo da sua manutenção corretiva e do limite contratual do contrato 18 /2021."Grifo nosso.

8. O fabricante dos equipamentos instalados no palácio, atualmente, está fornecendo a quarta geração do sistema VRF no país, colocando o sistema atual da Presidência em um nível elevado de obsolescência, e, em paralelo, gerando o desinteresse do fornecedor em manter estoques de peças e sobressalentes no país, visto que para essa primeira geração os componentes são importados, sofrendo o impacto da variação cambial e demais restrições de importação.

9. O sistema VRF do Palácio do Planalto foi executado com decisões de projeto discutíveis como a falta de redundância dos equipamentos que atendem a ambientes críticos, como o gabinete presidencial e salas técnicas do palácio, com a perda total da climatização nesses ambientes em caso de intervenções corretivas nas unidades condensadoras que os atendem. Outra dificuldade imposta pelo projeto é a falta de válvulas de serviço nas tubulações frigoríferas e nos evaporadores, essa ausência impede a mudança de posição dos evaporadores, manobras necessárias em decorrência das constantes alterações de leiautes dos ambientes internos do palácio, e obrigando o recolhimento do fluido refrigerante para execução de manutenções corretivas de maior porte o que, devido à grande extensão das linhas de tubulações, com algumas passando de 200

metros, torna essa execução arriscada, pois trata-se de manipulação de cilindros de grande capacidade pressurizados a alta pressão, e de custos elevados.


2.11. Em visita técnica realizada pela fabricante LG às instalações da Presidência da República para comissionamento das unidades condensadoras adquiridas em processo anterior, a mesma fez recomendações para que as novas aquisições contemplassem unidades de maior potência, a fim de reduzir a quantidade de máquinas necessárias e consequentemente melhorar o fluxo de ar e a troca de calor no ambiente da casa de máquinas melhorando assim o rendimento e a vida útil das mesmas, conforme transcrito seguir:

2. DESCRIÇÃO

2.1.5 Análise técnica

Foi recomendado ao cliente diminuir o número de unidades externas mantendo a mesma capacidade (HP), sendo assim favorável para o local externo, quanto a sua renovação de ar e dissipação/circulação do ar renovado.

Também foi orientado que o cliente, se preferir, poderá adquirir as unidades de modelo dois tubos (Heat Pum ARUNXXLTE5), pois as recém adquiridas, são unidades de 3 tubos ARUMXXLTE5 (Heat Recovery).



2.12 Dessa forma, no presente processo optou-se pela aquisição de Condensadoras MULTI V 5 380V Q/F & H/R de 26HP Super modelo ARUM260LTE5, as quais possuem as mesmas dimensões externas dos modelos adquiridos no processo anterior, com as vantagens de possuir maior potência de refrigeração e ocupar menor espaço físico nas casas de máquinas onde serão instaladas.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Coordenação-Geral de Operações de Engenharia	Cristiano Elias Cardoso

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Os bens objeto deste Registro de Preço para aquisição de equipamentos de condicionamento de ar tipo fluxo de refrigerante variável - VRF (Condensadoras MULTI V 5 380V e Evaporadoras), são caracterizados como bens comuns nos termos do artigo 3º, inciso II do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, tendo em vista que possuem padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos, por meio de especificações reconhecidas e usuais de mercado:

Art. 3º Para fins do disposto neste Decreto, considera-se:

(...)

II - bens e serviços comuns - bens cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado;

4.2. Os equipamentos de condicionamento de ar tipo fluxo de refrigerante variável - VRF (Condensadoras e Evaporadoras VRF) não se enquadram como sendo bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

4.3. Dentre os possíveis códigos CATMAT, os que melhor se amoldaram às especificações dos equipamentos a serem adquiridos estão listados no quadro a seguir. As quantidades mínimas e máximas foram definidas considerando o quantitativo previsto de substituição dos equipamentos instalados nas edificações da Presidência da República, contemplando também melhorias em ambientes que tem deficiência de climatização.

4.3.1 Havendo prorrogação da validade da Ata de Registro de Preços, nos termos do Art. 84 da Lei nº 14.133, de 2021, combinado com Art. 22 do Decreto nº 11.462, de 2023, a estimativa da demanda realizada considerou possível renovação dos quantitativos, desde que seja comprovado o preço vantajoso e ocorra dentro do prazo de sua vigência.

ITEM	DESCRIÇÃO	MODELO	QUANT. MÍNIMA	QUANT. MÁXIMA	CATMAT
1	Condensadora MULTI V 5 380V Q/F & H/R de 26 HP	RUM260LTE5	5	82	460028

2	Evaporadora CASSETE 1 VIA de 9600Btu/h	RNU09GTUB4	5	150	460027
3	Evaporadora CASSETE 1 VIA de 12300Btu/h	RNU12GTUB4	5	180	460027
4	Evaporadora CASSETE 1 VIA de 19100Btu/h	RNU18GTTB4	2	32	460027
5	Evaporadora CASSETE 2 VIAS de 19100Btu/h	RNU18GTSC4	2	49	460027
6	Evaporadora CASSETE 4 VIAS de 24200Btu/h Dual Vane	RNU24GTBB4	2	5	460027
7	Evaporadora CASSETE 4 VIAS de 36200Btu/h Dual Vane	RNU36GTAB4	1	2	460027
8	Evaporadora CASSETE 4 VIAS de 48100Btu/h Dual Vane	RNU48GTAB4	2	30	460027
9	Evaporadora DUTO MÉDIA de 9600Btu/h (Alta pressão).	RNU09GM1A4	1	2	460027
10	Evaporadora DUTO MÉDIA de 12300Btu/h (Alta pressão).	RNU12GM1A4	1	8	460027
11	Evaporadora DUTO MÉDIA de 24200Btu/h (Alta pressão).	RNU24GM1A4	1	6	460027
12	Evaporadora DUTO MÉDIA de 36000Btu/h (Alta pressão).	RNU36GM2A4	1	3	460027
13	Evaporadora DUTO MÉDIA de 48000Btu/h (Alta pressão).	RNU48GM3B4	2	15	460027
14	Evaporadora DUTO BAIXA 12300Btu/h (Baixa pressão).	RNU12GL5G4	2	25	460027
15	AHU 20 TR - 380V - Fancoil	MS136CNC9V	1	5	460027
16	Evaporadora HI-WALL de 24200Btu/h	RNU24GSKN4	2	65	460027
17	Painel CASSETE 1 VIA (~12K BTU/H)	PT-UAHG0	10	330	480984
18	Painel CASSETE 1 VIA (18K ~24K BTU/H)	PT-TAHG0	5	32	480984
19	Painel CASSETE 2 VIAS (9~24 KBTU/H)	PT-USC	5	49	480984
20	Painel CASSETE 4 VIAS DUAL VANE (24K~48K BTU/H)	PT-AAGW0	2	37	480984
21	Controle Remoto c/ Fio - Standard III	PREMTB101	2	5	437041
22	Controle Remoto Sem Fio (novo)	PWLSSB21H	2	513	437041
23	Controle Remoto Com fio (Branco) - Ger 4	PREMTB001	2	59	437041

Requisitos necessários ao atendimento da necessidade

Requisitos gerais

4.4. Os equipamentos de condicionamento de ar tipo fluxo de refrigerante variável - VRF (Condensadoras e Evaporadoras diversas) a serem fornecidos devem ser compatíveis com as unidades internas, ou evaporadores, e unidades externas do sistema VRF da fabricante LG que estão instalados nas edificações sob responsabilidade da Presidência da República. Eles devem estar acompanhados de manuais e de todos os respectivos acessórios.

Requisitos específicos

4.5. Considerando as necessidades e particularidades dos bens e serviços ofertados aos órgãos da Presidência da República, especialmente no tocante a durabilidade, segurança e observância dos normativos legais vigentes, foram indicadas as especificações técnica dos vários tipos de evaporadoras e condensadoras da fabricante LG a serem adquiridos. Cada tipo de equipamento possui um código específico da fabricante:

ITEM	DESCRIÇÃO	MODELO
1	Condensadora MULTI V 5 380V Q/F & H/R de 26 HP	RUM260LTE5
3	Evaporadora CASSETE 1 VIA de 9600Btu/h	RNU09GTUB4
4	Evaporadora CASSETE 1 VIA de 12300Btu/h	RNU12GTUB4
5	Evaporadora CASSETE 1 VIA de 19100Btu/h	RNU18GTTB4
6	Evaporadora CASSETE 2 VIAS de 19100Btu/h	RNU18GTSC4
7	Evaporadora CASSETE 4 VIAS de 24200Btu/h Dual Vane	RNU24GTBB4
8	Evaporadora CASSETE 4 VIAS de 36200Btu/h Dual Vane	RNU36GTAB4
9	Evaporadora CASSETE 4 VIAS de 48100Btu/h Dual Vane	RNU48GTAB4
10	Evaporadora DUTO MÉDIA de 9600Btu/h (Alta pressão).	RNU09GM1A4
11	Evaporadora DUTO MÉDIA de 12300Btu/h (Alta pressão).	RNU12GM1A4
12	Evaporadora DUTO MÉDIA de 24200Btu/h (Alta pressão).	RNU24GM1A4
13	Evaporadora DUTO MÉDIA de 36000Btu/h (Alta pressão).	RNU36GM2A4
14	Evaporadora DUTO MÉDIA de 48000Btu/h (Alta pressão).	RNU48GM3B4
15	Evaporadora DUTO BAIXA 12300Btu/h (Baixa pressão).	RNU12GL5G4
16	AHU 20 TR - 380V - Fancoil	MS136CNC9V
2	Evaporadora HI-WALL de 24200Btu/h	RNU24GSKN4

17	Painel CASSETE 1 VIA (~12K BTU/H)	PT-UAHG0
18	Painel CASSETE 1 VIA (18K ~24K BTU/H)	PT-TAHG0
19	Painel CASSETE 2 VIAS (9~24 KBTU/H)	PT-USC
20	Painel CASSETE 4 VIAS DUAL VANE (24K~48K BTU/H)	PT-AAGW0
21	Controle Remoto c/ Fio - Standard III	PREMTB101
22	Controle Remoto Sem Fio (novo)	PWLSSB21H
23	Controle Remoto Com fio (Branco) - Ger 4	PREMTB001

4.6. Os equipamentos de condicionamento de ar tipo fluxo de refrigerante variável - VRF a serem fornecidos devem ser compatíveis com as unidades internas, ou evaporadores, e unidades externas do sistema VRF da fabricante LG que estão instalados nas edificações sob responsabilidade da Presidência da República. Eles devem ser fornecidos acompanhados de manuais e com todos os respectivos acessórios indicados no manual do fabricante LG, inclusive com a quantidade de fluido refrigerante especificada no respectivo manual.

4.7. As exigências para a contratação do objeto não são impeditivas e não demonstraram diminuir o interesse de potenciais fornecedores na participação do futuro processo licitatório. As especificações dos equipamentos de condicionamento de ar tipo fluxo de refrigerante variável - VRF a serem entregues devem observar padronização compatível com aquelas adotadas usualmente nas empresas especializadas do ramo de comércio e indústria. Os dados dos produtos também devem atender a catalogação no sistema de compras do governo federal.

4.8. A marca dos produtos de referência corresponde àquelas indicadas no documento encaminhado pela área demandante. Abaixo segue o detalhamento para cada uma das marcas de referência indicadas:

4.8.1. Nos termos do artigo 41, inciso I, alíneas "a", "b" e "d" da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, justifica-se a indicação do fabricante /marca em decorrência da necessidade de padronização dos objetos a serem fornecidos e da necessidade dos tipos de condensadoras e evaporadoras almejadas terem que manter a compatibilidade com plataformas e padrões já adotados pela Administração, isto é, serem compatíveis com todo o sistema VRF instalado no Palácio do Planalto, seus Anexos, no Palácio da Alvorada e nas edificações do Gabinete de Segurança Institucional - GSI, no complexo da N2. Por esta mesma fundamentação também houve menção expressa aos códigos LG das condensadoras e evaporadoras a serem adquiridas.

Art. 41. No caso de licitação que envolva o fornecimento de bens, a Administração poderá excepcionalmente:

I - indicar uma ou mais marcas ou modelos, desde que formalmente justificado, nas seguintes hipóteses:

a) em decorrência da necessidade de padronização do objeto;

b) em decorrência da necessidade de manter a compatibilidade com plataformas e padrões já adotados pela Administração;

c) quando determinada marca ou modelo comercializados por mais de um fornecedor forem os únicos capazes de atender às necessidades do contratante;

d) quando a descrição do objeto a ser licitado puder ser mais bem compreendida pela identificação de determinada marca ou determinado modelo aptos a servir apenas como referência;

Critérios e práticas de sustentabilidade:

4.9. Considera-se oportuno nesta seção abordar algumas disposições da Instrução Normativa IN SLTI-MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, Autárquica e Fundacional, em especial o disposto em seus artigos 2º e 5º:

Art. 2º Para o cumprimento do disposto nesta Instrução Normativa, o instrumento convocatório deverá formular as exigências de natureza ambiental de forma a não frustrar a competitividade.

(...)

Art. 5º Os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, quando da aquisição de bens, poderão exigir os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental:

I – que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

II – que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

III – que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e

IV – que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

4.10. Nesse contexto, cabe destacar a adoção do uso de documentação em formato eletrônico, visando minimizar o uso de papel e, portanto, a produção de resíduos de serviços gráficos.

4.11. Em atendimento à Instrução Normativa nº 01 SLTI/MP, de 19 de janeiro de 2010, em especial o disposto nos artigos 2º e 5º, foram observados para a presente contratação os aspectos descritos acima.

4.12. Em relação a exigência de certificação prevista no inciso II do art. 5º da referida norma e, também, em conformidade com o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (5ª ed. revista, atualizada, ampliada. Brasília: AGU, agosto de 2022), em especial página 157 e páginas 283/284, nos incisos V e VIII dos requisitos específicos listados em parágrafos e subitens já consta a necessidade do modelo de equipamento de ar condicionado a ser fornecido atender as certificações correspondentes.

4.13. Os requisitos quanto à embalagem, descritos no inciso III do art. 5º da referida norma, foram utilizados como referência para as especificações do produto a ser adquirido, considerando princípios de sustentabilidade.

4.14. Os requisitos adicionais de certificação previstos nos incisos I e IV da Instrução Normativa nº 01 SLTI/MP, de 19 de janeiro de 2010, não puderam ser aplicados, uma vez que tal exigência poderia frustrar a competitividade do certame, na medida em que os produtos identificados no levantamento de mercado não dispõem de certificações ambientais específicas, seja da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT ou do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO, ou ainda, não possuem declaração referente às diretivas RoHS, que não se aplicam ao presente caso.

4.15. Ressaltamos que não foram identificados outros critérios de sustentabilidade aplicáveis.

Recebimento

4.16. O prazo de entrega dos bens é de até 120 (cento e vinte) dias corridos, contados do recebimento da nota de empenho (NE) de despesa ou de outro documento equivalente, em remessa única no seguinte local de entrega: Depósito Central da Presidência da República, situado na Avenida N-2, Área anexa ao Palácio do Planalto, CEP 70150-900, em Brasília - DF.

4.17. O prazo de entrega de 120 (cento e vinte) dias corridos, estipulado a partir das informações obtidas junto as empresas que encaminharam propostas de orçamento, poderá ser prorrogado mediante solicitação da licitante vencedora devidamente justificada e comprovada, uma vez que se tratam de peças e /ou equipamentos importados. O pedido de prorrogação será avaliado pelos responsáveis designados para o recebimento, ou então, se for a hipótese, pelo fiscal responsável pela gestão do contrato. Não cabe recurso da decisão que deferir ou não a prorrogação.

4.18. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato de entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável designado pela administração para acompanhamento e fiscalização da contratação em questão, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

4.19. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **10 (dez) dias úteis**, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

4.20. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências quanto as especificações e/ou contratuais.

4.21. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, comunicando-se à licitante vencedora para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

Art. 143. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto a dimensão, qualidade e quantidade, a parcela incontroversa deverá ser liberada no prazo previsto para pagamento.

4.22. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

4.23. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens e dos serviços prestados nem a responsabilidade ético-profissional da licitante vencedora pela perfeita entrega dos bens e execução das regras estabelecidas no processo licitatório em questão.

4.24. A licitante vencedora deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação dos materiais que serão entregues. Deverá fornecer diretamente o objeto, não podendo transferir a responsabilidade pelo objeto demandado para nenhuma outra empresa ou instituição de qualquer natureza.

4.25. A licitante vencedora deverá fornecer bens ou materiais novos, de primeiro uso, fabricados de acordo com as normas técnicas em vigor, de boa qualidade e de excelente aceitação no mercado compatíveis com as especificações indicadas nos documentos licitatórios.

Garantia da Contratação

4.26. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

Garantia dos bens entregues

4.27. Por se tratar de bens comuns, o prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

4.28. A garantia se iniciará a partir do recebimento definitivo.

4.29. A licitante vencedora deverá arcar com todos os custos da operação, transporte, mão-de-obra, frete ou qualquer outra despesa decorrente que advém da garantia/assistência técnica, não havendo qualquer ônus para a Secretaria de Administração da Presidência da República.

Impossibilidade de Adesão posterior à Ata de Registro de Preços

4.30. Considerando o disposto no inc. XI do art. 7º do Decreto 11462, de 31 de março de 2023, não será permitida a adesão posterior à Ata de Registro de Preços a órgãos não participantes, visto que a Coordenação-Geral de Operações de Engenharia não dispõe de capacidade e recursos humanos suficientes para gerenciamento posterior de atas, nos termos do inc. I do art. 7º, do Decreto 11.462, de 31 de março de 2023.

5. Levantamento de Mercado

Análise comparativa de práticas e/ou soluções para a necessidade

5.1. Devido às particularidades associadas às atribuições e competência da Presidência da República, em levantamento realizado junto a outros órgãos e/ou empresas privadas não se encontraram situações similares, seja pelo quantitativo de equipamentos instalados, ou então, seja pela necessidade de operação ininterrupta do sistema VRF. Na realidade, encontraram-se casos de órgãos públicos que possuem sistemas de refrigeração com ar condicionado central. Nestes, a exemplo do que se está almejando a Presidência da República, devido ao uso e desgaste natural das peças com o passar dos anos, mesmo havendo manutenções periódicas e/ou preventivas, antes que os equipamentos que atendem áreas e/ou órgãos mais sensíveis (que não podem ter suas atividades interrompidas) parem de funcionar, há a substituição de equipamentos.

5.2. Buscou-se informações em processos licitatórios de outros órgãos que também realizaram a aquisição de equipamentos de condicionamento de ar tipo fluxo de refrigerante variável - VRF de modelos iguais aos instalados na Presidência da República. Porém, nos processos licitatórios não foram identificados itens similares àqueles almejados pela área demandante.

5.3. A opção de não utilizar nenhum equipamento não é uma solução viável para o caso da Presidência da República, pois, dependendo do local e quantitativo de pessoas no mesmo ambiente, pode ocorrer aumento de temperatura ambiente, causando desconforto térmico para as pessoas. Frisa-se que nos períodos de seca e com a elevação da temperatura nos ambientes, em virtude da ausência de equipamentos de ar condicionado, também poderá ocorrer danos aos equipamentos elétricos e eletrônicos instalados na edificação e que dependem de climatização para o correto funcionamento, a exemplo das salas técnicas de equipamentos de TI.

5.4. Por tais razões, entende-se como melhor solução a ser adotada no caso em tela, a aquisição por Registro de Preço dos equipamentos de condicionamento de ar tipo fluxo de refrigerante variável - VRF (condensadoras e evaporadoras já elencados no item 4).

Modalidade de processo licitatório a ser adotado

5.5. Definido acima como melhor solução para necessidade descrita a aquisição de todos os itens almejados pela Presidência da República, é oportuno se avaliar como se dará o processo licitatório em questão frente ao que ocorre nos demais órgãos públicos.

5.6. A primeira opção seria a adesão a ATA de registro de preço vigente e com demonstrada vantagem para a Administração, por meio de pesquisa de preço.

Art. 86. O órgão ou entidade gerenciadora deverá, na fase preparatória do processo licitatório, para fins de registro de preços, realizar procedimento público de intenção de registro de preços para, nos termos de regulamento, possibilitar, pelo prazo mínimo de 8 (oito) dias úteis, a participação de outros órgãos ou entidades na respectiva ata e determinar a estimativa total de quantidades da contratação.

§ 1º O procedimento previsto no caput deste artigo será dispensável quando o órgão ou entidade gerenciadora for o único contratante.

§ 2º Se não participarem do procedimento previsto no caput deste artigo, os órgãos e entidades poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

I - apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

II - demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 desta Lei;

III - prévias consulta e aceitação do órgão ou entidade gerenciadora e do fornecedor.

§ 3º A faculdade conferida pelo § 2º deste artigo estará limitada a órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que, na condição de não participantes, desejarem aderir à ata de registro de preços de órgão ou entidade gerenciadora federal, estadual ou distrital.

§ 4º As aquisições ou as contratações adicionais a que se refere o § 2º deste artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

§ 5º O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços a que se refere o § 2º deste artigo não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

§ 6º A adesão à ata de registro de preços de órgão ou entidade gerenciadora do Poder Executivo federal por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o § 5º deste artigo se destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 desta Lei.

§ 7º Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite de que trata o § 5º deste artigo.

§ 8º Será vedada aos órgãos e entidades da Administração Pública federal a adesão à ata de registro de preços gerenciada por órgão ou entidade estadual, distrital ou municipal (grifo nosso).

5.7. Foi realizada consulta nos sistema de compras (painel de preços). A referida pesquisa identificou que não existe ATA de Registro de Preço que atenda as especificações almejadas.

5.8. A segunda opção para atendimento da necessidade seria através da busca de alguma Intenção de Registro de Preço (IRP) aberta no Sistema SIASgnet (sistema de compras do governo), de forma que a Secretaria Administrativa da Presidência da República pudesse, por meio da citada ferramenta, analisar se algum outro órgão da esfera do Poder Executivo Federal, estaria realizando aquisição desse mesmo objeto. Nessa situação, economizar-se-ia parte da fase interna supostamente já teria sido realizada pelo outro órgão gerenciador como, por exemplo, pesquisa de preço, estudo técnico preliminar, termo de referência e dentre outros documentos. Ocorre que não foram verificadas intenções de registro de preços que dispusessem de todos os itens almejados em questão que pudessem atender a demanda da Presidência da República em tempo hábil frente a necessidade.

5.9. A terceira e última opção se constitui na realização de processo licitatório próprio para a aquisição dos itens almejados pela Presidência da República.

5.10. Considerando o disposto tanto no art. 75, caput, inciso II c/c art. 182 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como o disposto no Decreto nº 11.317, de 29 de dezembro de 2022, não é possível realizar a presente aquisição pela modalidade de dispensa, uma vez que tanto o valor mínimo como o valor máximo da presente aquisição está acima de R\$ 59.906,02.

5.11. Dessa forma, diante do exposto e pela impossibilidade das opções acima indicadas, restou como melhor opção de contratação a elaboração de processo licitatório na modalidade pregão por Sistema de Registro de Preços (SRP), por meio de Ata de Registro de Preços (ARP), uma vez que a aquisição e a eventual substituição dos equipamentos de condicionamento de ar tipo fluxo de refrigerante variável - VRF poderá ocorrer conforme a Administração Pública verificar a necessidade de reparo em atendimento ao cronograma de manutenção.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. Visando o atendimento e adequação às demandas de manutenção preventiva e corretiva relacionadas aos sistemas de ar condicionado VRF submetidas à Coordenação-Geral de Operações de Engenharia (COENGE), órgão vinculado à Diretoria de Engenharia e Patrimônio (DIENP), a aquisição de novos equipamentos de condicionamento de ar tipo fluxo de refrigerante variável - VRF torna-se necessária devido a proximidade do término da vida útil dos atuais equipamentos em uso no sistema VRF.

- 6.2. Foi identificado o aumento na demanda por manutenções corretivas nos equipamentos com a necessidade de substituição de componentes importantes como compressores, placas inversoras e sensores de temperatura. Esses componentes por sua vez aumentaram muito de valor devido a situação do COVID19, o que tornou a aquisição de uma maior quantidade desses itens inviável para o contrato de manutenção atual.
- 6.3. A aquisição de novos equipamentos de condicionamento de ar tipo fluxo de refrigerante variável - VRF, em substituição gradativa aos atuais, visa a garantia da segurança operacional, ganhos com eficiência energética e diminuição massiva dos custos de manutenção.
- 6.4. Os equipamentos de condicionamento de ar tipo fluxo de refrigerante variável - VRF serão fornecidos sem instalação, ficando esta sob responsabilidade do contrato vigente responsável pela manutenção do sistema atual.
- 6.5. Neste mesmo levantamento não foram encontradas contratações similares feitas por meio de Pregão Eletrônico e Dispensa de Licitação, e concluiu-se que a melhor escolha para essa contratação será o Sistema de Registro de Preço, por pregão eletrônico tipo menor preço.
- 6.6. A especificação técnica dos equipamentos observaram aquelas especificações definidas no item 4 deste Estudo Técnico Preliminar. Os equipamentos a serem fornecidos deverão ser de qualidade adequada e estarem de acordo com as especificações do Termo de Referência - TR.
- 6.7. Os equipamentos de condicionamento de ar tipo fluxo de refrigerante variável - VRF, por serem bens comuns, deverão ter garantia do fabricante e /ou da licitante vencedora observando as disposições da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).
- 6.8. A garantia dos objetos se iniciará a partir do recebimento definitivo. Havendo necessidade de reparo junto à assistência técnica autorizada no prazo vigente da garantia dos objetos, a licitante vencedora deverá arcar com todos os custos da operação, transporte, mão-de-obra, frete ou qualquer outra despesa decorrente que advém da garantia/assistência técnica, não havendo qualquer ônus para a contratante.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. O quantitativo de condensadoras, evaporadoras e acessórios a ser adquirido está indicado no quadro a seguir, com os respectivos códigos do fabricante LG.

ITEM	QUANT	DESCRIÇÃO	MODELO
1	82	Condensadora MULTI V 5 380V Q/F & H/R de 26 HP	RUM260LTE5
3	150	Evaporadora CASSETE 1 VIA de 9600Btu/h	RNU09GTUB4
4	180	Evaporadora CASSETE 1 VIA de 12300Btu/h	RNU12GTUB4
5	32	Evaporadora CASSETE 1 VIA de 19100Btu/h	RNU18GTTB4
6	49	Evaporadora CASSETE 2 VIAS de 19100Btu/h	RNU18GTSC4
7	5	Evaporadora CASSETE 4 VIAS de 24200Btu/h Dual Vane	RNU24GTBB4
8	2	Evaporadora CASSETE 4 VIAS de 36200Btu/h Dual Vane	RNU36GTAB4
9	30	Evaporadora CASSETE 4 VIAS de 48100Btu/h Dual Vane	RNU48GTAB4
10	2	Evaporadora DUTO MÉDIA de 9600Btu/h (Alta pressão).	RNU09GM1A4
11	8	Evaporadora DUTO MÉDIA de 12300Btu/h (Alta pressão).	RNU12GM1A4
12	6	Evaporadora DUTO MÉDIA de 24200Btu/h (Alta pressão).	RNU24GM1A4
13	3	Evaporadora DUTO MÉDIA de 36000Btu/h (Alta pressão).	RNU36GM2A4
14	15	Evaporadora DUTO MÉDIA de 48000Btu/h (Alta pressão).	RNU48GM3B4
15	25	Evaporadora DUTO BAIXA 12300Btu/h (Baixa pressão).	RNU12GL5G4
16	5	AHU 20 TR - 380V - Fancoil	MS136CNC9V
2	65	Evaporadora HI-WALL de 24200Btu/h	RNU24GSKN4
17	330	Painel CASSETE 1 VIA (~12K BTU/H)	PT-UAHG0
18	32	Painel CASSETE 1 VIA (18K ~24K BTU/H)	PT-TAHG0
19	49	Painel CASSETE 2 VIAS (9~24 KBTU/H)	PT-USC
20	37	Painel CASSETE 4 VIAS DUAL VANE (24K~48K BTU/H)	PT-AAGW0
21	5	Controle Remoto c/ Fio - Standard III	PREMTB101
22	513	Controle Remoto Sem Fio (novo)	PWLSSB21H
23	59	Controle Remoto Com fio (Branco) - Ger 4	PREMTB001

7.2 - Os quantitativos máximos e mínimos deste Estudo Técnico Preliminar foram apurados a partir de:

- 7.2.1. Inventário das unidades de VRF instaladas nas edificações sob responsabilidade da PR (evaporadoras por tipologia/capacidade e condensadoras por potência);
- 7.2.2. Análise do histórico de manutenção e falhas (OSs) e da obsolescência do parque (descontinuidade de suporte/peças da geração MULTI V II);
- 7.2.3. Diretriz técnica de racionalização das condensadoras com adoção de unidades de 26 HP, conforme recomendação do fabricante, visando melhor desempenho e menor quantidade de máquinas;
- 7.2.4. Mapeamento 1:1 por função das evaporadoras existentes para os modelos-referência (cassete/duto/hi-wall/AHU) preservando a capacidade nominal;
- 7.2.5. Dedução dos quantitativos já adquiridos em processos anteriores e da ARP nº 90/2024, por serem insuficientes para a atualização integral; e
- 7.2.6. Consolidação em envelope SRP com quantidades mínimas para atendimento imediato de criticidades e máximas para permitir a substituição gradativa e correções de ambientes com deficiência de climatização, observada a possibilidade de renovação dos quantitativos em prorrogação da ARP, condicionada à vantajosidade.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 10.005.799,10

- 8.1. O detalhamento da estimativa de preços foi calculado utilizando-se o módulo pesquisa de preço do sistema ComprasGov, conforme Relatório Resumido Pesquisa de Preços (6731076) e Relatório Detalhado Pesquisa de Preços (6731080). Nos referidos relatórios constam todas as explicações detalhadas, seja para o valor de referência individual calculado para os equipamentos de condicionamento de ar tipo fluxo de refrigerante variável - VRF, como também, para o valor total da contratação.
- 8.2. Considerando o quantitativo máximo já citado no item 4 deste Estudo Técnico Preliminar, no quadro a seguir estão indicados para cada item o preço de referência a ser considerado no processo licitatório.

ITEM	QUANT	UNIDADE DE FORN.	CATMAT	DESCRIÇÃO	MODELO	PREÇO DE REFERÊNCIA	VALOR TOTAL DO ITEM
1	82	Unidade	460028	Condensadora MULTI V 5 380V Q/F & H/R de 26 HP	RUM260LTE5	R\$ 75.900,00	R\$ 6.223.800,00
2	150	Unidade	460027	Evaporadora CASSETE 1 VIA de 9600Btu/h	RNU09GTUB4	R\$ 4.236,52	R\$ 635.478,00
3	180	Unidade	460027	Evaporadora CASSETE 1 VIA de 12300Btu/h	RNU12GTUB4	R\$ 4.350,00	R\$ 783.000,00
4	32	Unidade	460027	Evaporadora CASSETE 1 VIA de 19100Btu/h	RNU18GTTB4	R\$ 4.900,00	R\$ 156.800,00
5	49	Unidade	460027	Evaporadora CASSETE 2 VIAS de 19100Btu/h	RNU18GTSC4	R\$ 5.592,64	R\$ 274.039,36
6	5	Unidade	460027	Evaporadora CASSETE 4 VIAS de 24200Btu/h Dual Vane	RNU24GTBB4	R\$ 5.270,66	R\$ 26.353,30

7	2	Unidade	460027	Evaporadora CASSETE 4 VIAS de 36200Btu/h Dual Vane	RNU36GTAB4	R\$ 5.789,32	R\$ 11.578,64
8	30	Unidade	460027	Evaporadora CASSETE 4 VIAS de 48100Btu/h Dual Vane	RNU48GTAB4	R\$ 6.600,00	R\$ 198.000,00
9	2	Unidade	460027	Evaporadora DUTO MÉDIA de 9600Btu/h (Alta pressão).	RNU09GM1A4	R\$ 5.150,00	R\$ 10.300,00
10	8	Unidade	460027	Evaporadora DUTO MÉDIA de 12300Btu/h (Alta pressão).	RNU12GM1A4	R\$ 5.210,00	R\$ 41.680,00
11	6	Unidade	460027	Evaporadora DUTO MÉDIA de 24200Btu/h (Alta pressão).	RNU24GM1A4	R\$ 5.520,00	R\$ 33.120,00
12	3	Unidade	460027	Evaporadora DUTO MÉDIA de 36000Btu/h (Alta pressão).	RNU36GM2A4	R\$ 6.500,00	R\$ 19.500,00
13	15	Unidade	460027	Evaporadora DUTO MÉDIA de 48000Btu/h (Alta pressão).	RNU48GM3B4	R\$ 6.900,00	R\$ 103.500,00
14	25	Unidade	460027	Evaporadora DUTO BAIXA 12300Btu/h (Baixa pressão).	RNU12GL5G4	R\$ 4.800,00	R\$ 120.000,00
15	5	Unidade	460027	AHU 20 TR - 380V - Fancoil	MS136CNC9V	R\$ 47.911,92	R\$ 239.559,60
16	65	Unidade	460027	Evaporadora HI-WALL de 24200Btu/h	RNU24GSKN4	R\$ 4.800,00	R\$ 312.000,00
17	330	Unidade	480984	Painel CASSETE 1 VIA (~12K BTU/H)	PT-UAHG0	R\$ 930,00	R\$ 306.900,00
18	32	Unidade	480984	Painel CASSETE 1 VIA (18K ~24K BTU/H)	PT-TAHG0	R\$ 1.433,96	R\$ 45.886,72
19	49	Unidade	480984	Painel CASSETE 2 VIAS (9~24 KBTU/H)	PT-USC	R\$ 1.221,04	R\$ 59.830,96
20	37	Unidade	480984	Painel CASSETE 4 VIAS DUAL VANE (24K~48K BTU/H)	PT-AAGW0	R\$ 1.642,18	R\$ 60.760,66

21	5	Unidade	437041	Controle Remoto c/ Fio - Standard III	PREMTB101	R\$ 1.087,88	R\$ 5.439,40
22	513	Unidade	437041	Controle Remoto Sem Fio (novo)	PWLSSB21H	R\$ 558,43	R\$ 286.474,59
23	59	Unidade	437041	Controle Remoto Com fio (Branco) - Ger 4	PREMTB001	R\$ 877,93	R\$ 51.797,87
TOTAL							R\$ 10.005.799,10

8.3. Considerando as informações e quantitativos indicados, tem-se que o valor total estimado da contratação é de R\$ 10.005.799,10 (dez milhões e cinco mil, setecentos e noventa e nove reais e dez centavos).

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. O parcelamento da solução é a regra, devendo a licitação ser realizada por item, sempre que o objeto for divisível, desde que verificado não haver prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, visando a ampla participação de licitantes, que embora não disponham de capacidade para execução da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, enquadrando-se no art. 40, inciso V, alíneas "a" e "b c/c " §3º, incisos I e II da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021:

Art. 40. O planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual e observar o seguinte:

(...)

V- atendimento aos princípios:

a) da padronização, considerada a compatibilidade de especificações estéticas, técnicas ou de desempenho;

b) do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso;

(...)

§ 3º O parcelamento não será adotado quando:

I - a economia de escala, a redução de custos de gestão de contratos ou a maior vantagem na contratação recomendar a compra do item do mesmo fornecedor;

II - o objeto a ser contratado configurar sistema único e integrado e houver a possibilidade de risco ao conjunto do objeto pretendido;

III - o processo de padronização ou de escolha de marca levar a fornecedor exclusivo (grifos nosso).

9.2. No caso em tela, o respectivo código CATMAT para cada um dos itens almejados já está no menor grau de divisibilidade. Por conseguinte, não há que se cogitar em parcelamento ou fracionamento dos itens a serem adquiridos.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Não há contratações correlatas ou interdependentes da almejada contratação. A empresa que porventura seja contratada deverá apenas fornecer os equipamentos que ora se propõe adquirir descritos no presente estudo.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. Esta aquisição está associada ao DFD nº 581/2024, documento SEI nº 6737119, prevista no Plano de Contratações Anual 2025.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. Os benefícios a serem alcançados pelo Órgão com a aquisição são:

- Possibilitar a continuidade dos trabalhos em ambientes em que os equipamentos de ar condicionado do sistema VRF já estejam apresentando sinais de desgaste, ou então, com possibilidade de falhas que possam causar interrupções permanentes;
- Atualização do parque logístico de equipamentos garantindo maior segurança, salubridade e economia de consumo de energia;
- Substituição de equipamentos obsoletos, que não possuem mais peças de reposição no mercado;
- Garantir melhores condições para a execução das atividades inerentes as unidades administrativas.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Não há providências a serem adotadas.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. De modo a ser garantir mínimos impactos ambientais, devem ser observados os requisitos elencados nos requisitos de sustentabilidade .

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1 Considerando todos os aspectos já mencionados, avalia-se que a aquisição atenderá a Administração de forma satisfatória, portanto sendo viável. Em cumprimento ao disposto no art. 24 da Instrução Normativa nº 5, de 25 de maio de 2017, emitida pela Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, o presente estudo segue assinado pelos Integrantes da Equipe de Planejamento da Contratação.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Portaria nº 101, de 02 de abril de 2025 (6546026)

ANDRE HOLLERVEGER

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 05/09/2025 às 14:54:49.

WAGNER ALVES

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 05/09/2025 às 14:44:43.

JOSE SILVIO PESSOA FILHO

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 05/09/2025 às 14:57:24.

WAGNER ALVES

Membro da comissão de contratação